

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO Nº 016/2022
(Processo Administrativo nº 752/2022)**

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para futura e eventual aquisição de INSUMOS para atender as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Especialidades, Ambulatório Central, Vigilância em Saúde, Centro de Triagem para COVID-19 e outros Programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Em observância do disposto na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, as alterações posteriores introduzidas no referido Diploma Legal e na Lei Federal nº 10.520 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 130/03, Decreto Municipal nº 088/2009, para atender as necessidades do Município de Natividade/RJ elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do Procedimento legal pertinente seja efetuado registro de preço para eventual Aquisição de Insumos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
01	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% LÍQUIDO FRASCO C/ 1LITRO: Hidratado na concentração de 70° INPM (70% em peso), embalagem plástica tipo REFIL, contendo 1L.	FRS	1.500	11,5468	17.320,20
02	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% LÍQUIDO FRASCO C/ 100 ML: Hidratado na concentração de 70° INPM (70% em peso), embalagem plástica tipo REFIL, contendo 100 ml.	FRS	800	3,41067	2.728,536
03	ÁLCOOL GEL ANTISSEPTICO 70% COM 420G: Álcool gel, 70%, para antissepsia complementar das mãos, embalagem plástica, contendo 420g. - Loção alcoólica de consistência gelatinosa, isenta de perfume, com odor característico de álcool, hipoalergênica e atóxica, que promove a higiene e desinfecção de mãos. Apresenta informação de data de fabricação, número de lote e da validade impresso na embalagem, informação de como proceder em casos de irritação. Prazo de validade mínima: 12 (doze)	FRS	1.000	11,535	11.535,00

	meses da data do recebimento.				
04	<p>AVENTAL DESCARTÁVEL COR BRANCA COM MANGA LONGA: Projetados especificamente para a proteção de pacientes e equipe de saúde médico-hospitalar, odontológica, alimentícia, farmacêutica, laboratorial e clínicas de estéticas, com conforto e confiança. Composição: TNT (Tecido Não Texturizado): 100% Polipropileno Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descartáveis; • Manga longa; • Garante resistência à umidade, à abrasão e à ação de fungos e bactérias; • Elevada inércia química; • Leveza; • Não estéril; • Atóxica, não inflamável e esterilizável; • Não absorve líquidos (como água, corantes, sangue, etc...) e apresenta impermeabilidade de 80%. • Cor: Branco • Gramatura: 12 • Embalagem com 10 unidades 	UNID	10.000	4,65706	46.570,60
05	COLETOR DE MATERIAL CORTANTE C/ 13L AMARELO COM SIMBOLOGIA	UNID	500	8,8368	4.418,40
06	<p>GORRO DESCARTÁVEL C/ ELÁSTICO PCT C/ 100 UNID: Produto indicado para evitar a queda de cabelos em ambientes onde há necessidade de alta limpeza. Confortável e resistente permitem uma maior respirabilidade do couro cabeludo devido à matéria prima utilizada e maior conforto durante sua utilização; não alergênicas e possuem elástico revestido.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sanfonada; • Confeccionada em TNT (tecido não tecido); • Gramatura: 20 gramas; • Tamanho único, com elástico ajustável nas extremidades; 	PCT	200	20,16833	4.033,666
07	<p>LANCETA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 21 G, PROFUNDIDADE: 2,2MM, CX C/ 100 UNID: MODELO: LAN21G - PRODUTO: Lanceta de Segurança Descartável, Estéril, Calibre 21 G, Caixa c/ 100 unidades. APLICAÇÃO: Utilizada para a coleta de amostras de sangue capilar, a partir da ponta do dedo, calcanhar ou lóbulo da orelha para realizar testes em laboratório clínico, unidades</p>	CX	500	41,328	20.664,00

	<p>de saúde ou a domicílio no caso de auto-testes (por exemplo, glicemia).</p> <p>CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fluxo alto; • Calibre 21G; • Cor Amarela; <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esterilizado por Óxido de etileno; • Formada por uma cânula de aço com a ponta afiada; • Envoltura por um dispositivo de segurança de plástico que, ao ser pressionado, libera automaticamente a lanceta evitando o contato direto do paciente com o produto; • Após a utilização da LANCETA DESCARTÁVEL ESTÉRIL, descartar em local próprio para materiais perfuro-cortantes potencialmente contaminados; • Dispõe de um dispositivo de segurança com agulha retrátil em aço inoxidável e bisel trifacetado; • Atende a NR32; • Não permitem o reaproveitamento; • Profundidade de penetração 2,2 mm; • Com um inovador sistema de disparo: Ativada por contato; <p>Registro ANVISA: nº 10379860156.</p> <p>Armazenamento: Transportar e armazenar o produto, a temperatura ambiente em sua embalagem original em local limpo, seco, e protegido da luz direta do sol.</p> <p>Apresentação/ Embalagem: Caixa com 100 unidades.</p>				
08	<p>LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX NATURAL MÉDIA LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSOVÍVEL CX C/ 100 UNID. NÃO CIRÚRGICA:</p> <p>Para procedimentos não cirúrgicos; Tamanho M. Uso único, individual e por procedimento, não deve ser reprocessado; Anatômicas; Não estéreis; Ambidestras; Lubrificada com pó bioabsovível descartável. Caixas dispensadoras com 100 unidades cada (50 pares).</p>	CX	500	38,178	19.089,00
09	<p>LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX NATURAL PEQUENA LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSOVÍVEL CX C/ 100 UNID. NÃO CIRÚRGICA:</p> <p>Para procedimentos não cirúrgicos; Tamanho P. Uso único, individual e por procedimento, não deve ser reprocessado; Anatômicas; Não estéreis;</p>	CX	500	39,7372	19.868,60

	Ambidestras; Lubrificada com pó bioabsovível descartável. Caixas dispensadoras com 100 unidades cada (50 pares).				
10	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX NATURAL GRANDE LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSOVÍVEL CX C/100 UNID. NÃO CIRÚRGICA: Para procedimentos não cirúrgicos; Tamanho G. Uso único, individual e por procedimento, não deve ser reprocessado; Anatômicas; Não estéreis; Ambidestras; Lubrificada com pó bioabsovível descartável. Caixas dispensadoras com 100 unidades cada (50 pares).	CX	400	40,42	16.168,00
11	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO/BRANCA, NÃO ESTÉRIL, 3 CAMADAS, 100% POLIPROPILENO: Com elástico; Três pregas para ajuste de tamanho; Clips nasal; Estilo retangular; Camada tripla para proteção; Cobre do nariz ao queixo; Eficiência de filtração bacteriana de 95%; Atóxica e hipoalergênica; Não estéril; 100% polipropileno; Não inflamável; Isenta de fibra de vidro; Sem látex (látex free); Uso único; Pode ser usada em hospitais, laboratórios, clínicas, consultórios dentários e médicos, indústrias químicas, farmacêuticas e alimentícias, área estética e gastronômica.	UNID	100.000	0,45127	45.127,00
12	MÁSCARA N95, NÃO ESTÉRIL C/ 6 CAMADAS ATÓXICA E APIROGÊNICA, DESCARTÁVEL: Filtro eficiente para retenção de contaminantes presentes na atmosfera sob a forma de aerossóis, como bacilo da tuberculose (mycobacterium tuberculosis) e também contra vírus da gripe H1N1 e vírus covid-19. Com tiras ajustáveis a todos os tamanhos de cabeça. Aprovada pelo Ministério do Trabalho (CA). Clipe de material flexível sem memória. Elástico ajustável preso à presilhas. Possui 6 camadas.	UNID	10.000	2,823	28.230,00
13	SABONETE ANTI-SÉPTICO LÍQUIDO CREMOSO FRASCO COM 1LITRO	FRS	300	37,13	11.139,00
14	TESTE RÁPIDO DE COVID-19 ANTÍGENO AG: Kit específico para diagnóstico de COVID-19, teste rápido do tipo AG para detecção qualitativa de antígenos de SARS-COV-2 em amostra de Swab da nasofaringe. O kit específico para diagnóstico de COVID-19 deve	UNID	10.000	30,975	309.750,00

	possuir e apresentar o número de registro na ANVISA. Sensibilidade mínima 96%. Especificidade acima 99%. Leitura entre 2 a 15 minutos. Cada kit deverá conter um dispositivo de teste, um sachê dessecante com sílica gel, tampão de extração, tampa filtro, Swab estéril e instruções de uso. Validade 24 meses.				
15	TESTE RÁPIDO DE COVID-19/INFLUENZA ANTÍGENO NASAL (SWAB NASAL): Ensaio imunocromático para detecção qualitativa, simultânea e diferenciada de Antígenos de SARS-COV-2. Influenza tipo A e tipo B. - Tipo de amostra: Swab de nasofaringe e Swab nasal; - Volume de amostra: 4 gotas da mistura de amostra; - Tempo de teste: 15 – 30 minutos; - Sensibilidade (até o momento): SARS-CIV-2: >99,99% -Influenza A: 100%; - Influenza B: 98,82%; - Apresentação: Cassete.	UNID	10.000	34,3276	343.276,00

1.2. O valor total deste Registro de Preço é de **R\$ 899.918,00 (oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e dezoito reais).**

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.4. Tipo do Recurso: MAC, PAB FIXO, PISO FIXO, RECURSO PRÓPRIO, ROYALTIES.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

2.1. Justifica-se a elaboração do presente Termo de Referência, para o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de INSUMOS, devido ao estado de Emergência que o País e o Mundo se encontram por conta da Pandemia do Novo Coronavírus/COVID-19. A utilização dos itens é de suma importância para a realização das atividades cotidianas dos equipamentos da Secretaria de Saúde, tais como: Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Especialização, Ambulatório Central, Vigilância Sanitária, Centro de Triagem para COVID-19 e outros programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando que a Lei 8080/90 – Lei Orgânica da Saúde – regula as Ações e Serviços de Saúde e institui o Sistema Único de Saúde (SUS) e dispõe em seu artigo segundo que a Saúde é um Direito Fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu Pleno Exercício.

Considerando que a Secretaria de Saúde tem a responsabilidade de prover a Rede Municipal de Saúde com Insumos, Equipamentos e demais materiais necessários ao

atendimento à população, uma vez ser o ente Federativo com maior proximidade ao cidadão e que a ele cabe o cuidado a saúde de seus usuários/municípios.

E considerando que os referidos Insumos e EPIs são de especial importância para a proteção de nossos Profissionais e Usuários.

2.2. Foram adotadas as técnicas quantitativas e de estimação com os seguintes requisitos: histórico de consumo e utilizações prováveis. Também se levou em consideração o consumo dos anos anteriores, usando como base os últimos processos licitatórios realizados – Proc. Licitatório n.º 038/2021 e Processo Licitatório n.º 058/2021, segundo dados constantes do Relatório apurado pelo Setor de Compras, anexo ao presente autos.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Por ser tratar de bens de natureza comum, será adotada a Licitação na modalidade de Pregão, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos produtos é de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento da ordem de fornecimento pela empresa.

4.1.1. A ENTREGA SERÁ PARCELADA DE ACORDO COM A QUANTIDADE SOLICITADA PELA SECRETARIA.

4.1.2. OS PEDIDOS SERÃO DE FORMA FRACIONADA, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DOS USUÁRIOS.

4.2. O fornecimento deverá ser procedido nas quantidades, prazos e horários determinados pela Secretaria.

4.3. Correrão por conta da Contratada todas as despesas relativas a transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação.

4.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.3. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.4. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo Contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) \times (6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.3. multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3.1. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.4. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.3.3, 11.3.4 e 11.3.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Natividade, 22 de Fevereiro de 2022.

Marília Machado Serrano do Nascimento
Secretária Municipal de Saúde